



Câmara de Comércio Portugal Moçambique



NewsLetter Online

N.º 2272

24 de Fevereiro de 2017

GOVERNO ITALIANO MANIFESTA VONTADE DE AJUDAR MOÇAMBIQUE NA DESCENTRALIZAÇÃO

23-02-2017 in Lusa

O Governo italiano manifestou hoje disponibilidade para apoiar Moçambique na descentralização política e administrativa, assinalando que esse processo é importante para a manutenção da paz no país africano.

Em declarações aos jornalistas, após ser recebido pelo primeiro-ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, o embaixador de Itália em Moçambique, Marco Contecelli, afirmou que o seu país acolhe neste momento uma visita de deputados da Assembleia da República de Moçambique para uma troca de experiências sobre o processo de descentralização em Itália. "Neste momento, há uma delegação de deputados do parlamento moçambicano, que efetua uma visita a Itália para trocar experiências sobre o tema da descentralização", declarou Contecelli. A aposta na descentralização, prosseguiu o diplomata, é um passo importante para a promoção e manutenção da paz em Moçambique. "Isto também é um aspeto fundamental sobre o processo de paz e queremos confirmar a nossa disponibilidade de apoiar", afirmou o embaixador italiano em Maputo.

O aprofundamento da descentralização do país é um dos principais pontos das negociações entre o Governo moçambicano e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição.

A exigência da Renamo de criação de províncias autónomas nas regiões onde reivindica vitórias nas eleições gerais de 2014 foi uma das causas do conflito militar que afetou o país durante o ano passado e que foi interrompido no âmbito das tréguas declaradas pelas duas partes no final do ano passado.

Além de apoiar o processo de descentralização, o embaixador italiano em Maputo expressou a vontade do seu país de intensificar a cooperação com Moçambique no domínio económico, comercial e da ajuda ao desenvolvimento.

"Itália é um dos principais investidores em Moçambique. Estamos comprometidos no âmbito económico, não somente no gás e energia, como também na agricultura, turismo e infraestruturas. Sobre estes temas, queremos consolidar o nosso compromisso", acrescentou Marco Conticelli.

A italiana ENI lidera um consórcio que vai produzir gás natural numa das maiores concessões deste recurso em Moçambique, localizada na bacia do Rovuma, norte do país.

O Ibo Restaurante
venceu o Certificado
de Excelência 2014



Ibo
restaurante

A gastronomia moçambicana no seu expoente máximo!

Armazém A – Compartimento 2 Cais do Sodré – Lisboa Tel. 21 342 36 11 | 96 133 20 24 geral@ibo-restaurante.pt www.ibo-restaurante.pt

ECONOMIA NACIONAL RECUPERA LIGEIRAMENTE E CRESCE 4,2% ESTE ANO

23-02-2017 in O País

A Economist Intelligence Unit (EIU) considera que a economia de Moçambique vai recuperar já este ano e crescer 4,2%, depois de no ano passado ter registado o valor mais baixo dos últimos quinze anos, segundo o “Notícias ao Minuto”.

“Pre vemos que, depois da redução do crescimento, em 2016, com o valor mais baixo dos últimos 15 anos, o PIB vá recuperar ligeiramente, para 4,2% em 2017, alicerçado quase exclusivamente no sector dos minerais”, dizem os analistas da unidade de análise económica da revista britânica The Economist.

A economia de Moçambique reduziu o crescimento no ano passado para 3,3%, metade do que tinha crescido no ano anterior, segundo dados preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE) local.

Na análise à economia de Moçambique, a EIU diz que a indústria do carvão deverá registar um crescimento significativo devido “aos preços internacionais mais firmes, à procura relativamente robusta na Índia (o principal mercado exportador moçambicano) e aos esforços das companhias mineiras em 2015 e 2016 para aumentar a produtividade”, cita o “Notícias ao Minuto”.

TAXAS DE CÂMBIO – 24-02-2017

Moeda	Compra	Venda
EUR	74,02	74,23
USD	70,06	70,26
ZAR	5,43	5,44

MOÇAMBIQUE FACILITA CONCESSÃO DE VISTOS PARA ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

22-02-2017 in Macauhub

O governo de Moçambique aprovou um regulamento que facilita a atribuição de visto de entrada a cidadãos estrangeiros envolvidos em actividades de investimento, contribuindo assim para melhorar o ambiente de negócios, disse terça-feira em Maputo a vice-ministra da Cultura e Turismo.

Citada pela agência noticiosa AIM, Ana Comoana disse ainda que o documento aprovado reduz de 50 milhões para 500 mil dólares o montante mínimo para a concessão de um Visto de Actividade de Investimento.

“Se a fasquia exigida é elevada poucos serão aqueles que poderão investir em Moçambique mas se for mais reduzida é provável que em compensação o número de investidores aumente”, disse.

Ana Comoana disse no final da reunião do Conselho de Ministros que o regulamento aprovado pretende igualmente facilitar o movimento de turistas estrangeiros no país, com recurso ao visto de fronteira, válido por 30 dias com direito a duas entradas.

A vice-ministra da Cultura e Turismo esclareceu que o visto de fronteira era até à data reservado ao cidadão estrangeiro natural de um país que não tivesse representação diplomática de Moçambique.

O regulamento aprovado permite “estimular as visitas de turistas a Moçambique e, como consequência, estimular igualmente o investimento no sector do turismo que terá de dar resposta a esse aumento de visitas”, disse, citada pela agência noticiosa AIM.

A vice-ministra da Cultura e Turismo informou por outro lado que o número de turistas que se prevê visitem Moçambique em 2017 ascende a 1,6 milhões.

EDM PROMETE LIQUIDAR ESTE ANO DÍVIDA COM HCB

24-02-2017 in O País

A dívida acumulada acima de 50 milhões de dólares da Electricidade de Moçambique (EDM) com a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), ambas estatais, pode ser saldada este ano, garantiu o presidente do Conselho de Administração (PCA) da EDM, Mateus Magala.

As empresas reuniram-se, esta semana, para discutir o assunto e encontraram uma estratégia que vai permitir à EDM liquidar a dívida antiga e significativa. Mateus Magala não dá detalhes sobre a discussão entre as partes, mas compromete-se a anunciar a estratégia de pagamento em breve.

“Temos a confiança de que, até ao fim deste ano, grande parte desta dívida estará liquidada”, prometeu o presidente do Conselho de Administração da EDM, o qual depois assegurou que, na verdade, a empresa que dirige terá “liquidado a dívida” até ao fim deste ano.

Incluindo a dívida com a HCB, a Electricidade de Moçambique tinha a pagar aos seus fornecedores, até ao ano 2016, mais de 800 milhões de dólares. Na altura, a EDM mostrava-se incapaz de pagar a dívida, porque comprava energia a 10 cêntimos de dólar e vendia a oito cêntimos.

Na visita que os deputados do partido político MDM fizeram à EDM, em Fevereiro de 2016, o PCA assumiu que a empresa pública, à partida, estava “na bancarrota”, ou seja, na falência, mas só não fechava porque tem o compromisso de fornecer electricidade à população, já que é monopolista.

O PCA da Electricidade de Moçambique explicou, ontem, que neste momento, nos países da África Austral, a energia eléctrica é vendida, em média, por 12.5 cêntimos de dólar o kilowatt e a EDM vende por apenas 7.5 cêntimos de dólar o kilowatt. “O nosso preço é muito baixo. Isso acarreta custos que certamente não contribuem para os investimentos necessários. Penso que, num futuro próximo, até 2018, se conseguirmos chegar a 12.5 cêntimos de dólar por kilowatt, estaremos num nível normal que reflecte os custos”, disse.

O país necessita de cerca de 10 biliões de dólares para investir em linhas de transporte de energia, para que, até 2030, toda a população tenha acesso à energia eléctrica. Por isso, Mateus Magala reitera a necessidade de aumento urgente da tarifa de electricidade, de modo a angariar recursos para efectuar os investimentos necessários.

Actualmente, a necessidade de consumo de energia eléctrica no país é de 900 megawatts. Deste volume, a Electricidade de Moçambique compra cerca de 750 megawatts na Hidroeléctrica de Cahora Bassa e os restantes cerca de 150 megawatts compra fora do país.

“Com mais 150 a 200 megawatts, podíamos satisfazer as necessidades imediatas. Mas não olhamos só para o imediato, a nossa meta é 2030. Então, essa meta imediata seria insuficiente para satisfazer a necessidade universal de longo prazo”, referiu o PCA da EDM.

Como saídas, o país terá uma nova central eléctrica a partir de 2021, em Temane, Inhambane. A infra-estrutura vai produzir 400 megawatts de energia, com base em gás natural. Além da central, será construída uma linha de transporte da referida energia para a cidade de Maputo.

A central e a linha de transporte de energia eléctrica deverão custar 1.2 bilião de dólares, valor que, entretanto, ainda não existe. Por isso, as empresas públicas Electricidade de Moçambique e Hidroeléctrica de Cahora Bassa, junto com a petrolífera sul-africana Sasol, reuniram-se, esta quinta-feira, com alguns parceiros internacionais, para definir a estrutura financeira do projecto.

Os 400 megawatts que serão produzidos em Inhambane e transportados para Maputo são equivalentes a quase metade do actual consumo de energia eléctrica nacional.

A ministra dos Recursos Minerais e Energia, Leticia Klemens, tornou públicos, esta semana, à margem do seminário que visava fechar o pacote financeiro do projecto de produção de energia de Temane, os responsáveis de cada um dos dois projectos, que deverão estar concluídos até 2021. “A linha é uma parceria pública, entre HCB e a EDM, e a infra-estrutura da central eléctrica vai ser público-privada, entre a Sasol e a EDM, e obviamente vai definir-se outros parceiros que possam estar interessados em entrar no projecto”, disse Leticia Klemens.

Por seu turno, o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Electricidade de Moçambique explica que a linha de transporte de energia vai estar pronta seis meses antes da central eléctrica, dado ser esta que vai viabilizar a central. Mateus Magala diz que o projecto vai aumentar significativamente as receitas financeiras da EDM.

“Se com o que nós temos hoje podemos facturar cerca de meio milhão de dólares, significa que, adicionando 400 megawatts, podemos levantar a nossa receita para o nível de um bilião de dólares ou mais”, explicou Magala.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) revelou disposição para financiar o projecto, mas quer ainda perceber se é rentável, para tomar a decisão final. “O que nós podemos investir vai depender dos rendimentos que este projecto pode trazer, mas temos interesse em participar no financiamento”, afirmou o representante do BAD em Moçambique, Joseph Ribeiro.

Além do BAD, estão na lista dos potenciais financiadores o Banco Mundial, a Noruega, o banco alemão KFW, bem como a agência japonesa JICA e a francesa AFD. Neste momento, estão concluídos os estudos económicos e ambientais dos dois projectos e falta o fecho do pacote financeiro.

CCPM – CÂMARA DE COMÉRCIO PORTUGAL MOÇAMBIQUE

Lisboa (sede):
Rua Artilharia Um, nº 104 – 5º Esq.
1070-015 Lisboa
Telefone: 213465392
Fax: 213479773
Email: ccportmoz@gmail.com

Maputo (delegação)
Rua da Sé, 114
Centro de Escritórios do Hotel Rovuma, 4º Andar, Escritório 27
Telefone: 21300229
Email: ccpmocambique@gmail.com

<http://www.ccpm.pt>